

EDITORIAL

A Revista Direito UTP vem se consolidando a cada dia.

Para essa edição, a equipe editorial foi surpreendida com o expressivo número de submissões e pela excelência das pesquisas.

O processo de escrita nem sempre é fácil, pois demanda comprometimento, concentração, doação com a pesquisa em si e responsabilidade com os seus destinatários. As inquietações daquele que escreve são o combustível que permite que a investigação científica se desenvolva e se corporifique em artigos como os ora apresentados por essa nova edição da Revista Direito UTP.

Neste volume 3, seguindo com o propósito de abordar as mais atuais e multidisciplinares temáticas, a Revista Direito UTP apresenta uma diversidade de assuntos que contribuem diretamente com os estudiosos e com o público em geral.

No campo do Direito das Famílias, exploram-se os problemas do regime de separação de bens e dos impactos da covid-19 nas relações familiares.

No tocante aos Direitos Humanos, destacam-se temas referentes ao racismo no Brasil, ao genocídio do Holodomor e aos instrumentos de coleta de dados para pesquisas no sistema socioeducativo feminino.

No Direito Penal e Processual Penal, desenvolvem-se estudos referentes: ao Tribunal do Júri virtual; ao comportamento antissocial dos agressores domésticos sob a perspectiva da Lei Maria da Penha; à política criminal atuarial; à interceptação de comunicações no processo penal brasileiro; ao fornecimento compulsório de material genético do condenado e a garantia da não auto incriminação; à criminologia e os aspectos históricos da corrupção no Brasil; à (des) criminalização do aborto e à sustentação oral em um crime de estupro.

No espectro das contratualidades, foram desenvolvidas pesquisas acerca do *smart contracts* e a reflexão acerca dos contratos inteligentes autoexecutáveis e sobre a interferência do poder público nas relações interprivadas a partir da penhorabilidade do bem de família do fiador.

No âmbito do direito administrativo, discute-se a respeito da inserção da arbitragem em contratos administrativos de parcerias público-privadas.

Por fim, foram desenvolvidas pesquisas a respeito da importância da argumentação jurídica no controle judicial dos discursos populistas antidemocráticos, da Teoria dos Jogos, da utilização da técnica de constelação familiar em conflitos de violência doméstica no Poder Judiciário e das políticas afirmativas na área da educação.

Como se percebe, todas as pesquisas apresentam firme comprometimento dos autores com um viés teórico-prático, imprescindível para o público em geral na atualidade.

Desejamos a todos uma proveitosa leitura.

Primavera de 2021.

Conselho Editorial